

## **A proletarização e precarização do trabalho docente**

Autor:  
Cláudio Braz de FIGUEIREDO<sup>1</sup>

**Data de submissão e aprovação do artigo: 29.06.2017**



---

<sup>1</sup> - Mestrado em Educação pela Universidade Unoeste Paulista de Presidente Prudente S/P (2017). Graduação em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Toledo (2006) e Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Alvorada Plus (2015). Pós-graduação em Gestão empresarial, Marketing e Recursos Humanos pelo Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba-SP (2007). Pós graduação em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (2012). Atuando desde 08/2009 como professor na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui (FATEB). E professor da Faculdade FATEMP de Piacatu/SP (vínculo com a prefeitura local) desde 2008. Atuou como professor na Faculdades Renascentista (UNIESP).

**A proletarização e precarização do trabalho docente****RESUMO**

O artigo com o tema A Proletarização e Precarização do Trabalho Docente, aponta como problemática: como os professores são afetados pelas condições de trabalho vivenciadas na atualidade? Objetiva trazer reflexões sobre o trabalho docente. Para esta reflexão, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Os resultados apontaram que o trabalho docente vem passando por mudanças estruturais que vieram impor a estes profissionais novas formas de lidar com o cotidiano escolar e resistência às condições de trabalho vivenciada pelos docentes, pois as condições impostas têm ocasionado mudanças pretensiosamente negativas na categoria.

**Palavras-chave:** 1 Gestão Educacional; 2 Profissionais da educação; 3 Políticas Públicas.

**ABSTRACT****The proletarianization and precarization of teaching work**

The article with the theme Reflections on the Proletarianization and Precarization of Teaching Work, points out as problematic: how are teachers affected by the working conditions experienced today? It aims to bring reflections about the teaching work. For this reflection, bibliographic research was used. The results pointed out that the teaching work has been undergoing structural changes have imposed on these professionals new ways of dealing with school daily life and resistance to the working conditions experienced by the teachers, because the conditions imposed have caused supposedly negative changes in the category.

**Key words:** 1 Educational management; 2 Education professionals; 3 Public policy.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo foi motivado pela discussão sobre o trabalho docente na disciplina de Políticas Públicas, ministrada, no curso Mestrado, da Universidade Unoeste Paulista de Presidente Prudente - SP.

Os desafios enfrentados pela educação em nosso país, mostra que a temática sobre a precarização do trabalho docente tem se tornado mais presente e enseja a necessidade de reflexões teóricas que leve a compreensão de como os professores são afetados pelas condições de trabalho vivenciadas.

Oliveira (2008) discute o trabalho docente e sua precarização comparando-o ao processo de trabalho ocorrido na fábrica. A autora utiliza-se dos conceitos de trabalho produtivo/improdutivo, desenvolvidos por Karl Marx, para afirmar que há um processo de proletarização da categoria docente em curso.

Este estudo teve como objetivo trazer uma reflexão acerca da temática a proletarização e a precarização do trabalho docente na atualidade, mostrando sua relação com o mundo do trabalho e como os professores são afetados nesse processo.

## METODOLOGIA

Utilizou-se de pesquisa bibliográfica realizada com base em artigos, capítulos de livros e livros que retratam a temática. Para a concretização do objetivo, fez-se, inicialmente, o levantamento na base de dados do Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*). A escolha por essa base de dados justifica-se pela qualidade do material vinculado a ela, por apresentar diversas revistas indexadas e por estar disponível aos usuários, de forma *online*, o que possibilita o acesso a textos completos.

Como critério de seleção dos trabalhos encontrados na área, optou-se por focar o levantamento de publicações científicas, produzidas nos últimos 16 anos, entre 2000 a 2016. A partir desse recorte, os descritores utilizados na base de dados *Scielo* foram: “precarização do trabalho docente”, “profissionais da educação e precarização trabalho docente”. Sendo assim, os resultados encontram-se no Quadro 1.

Descritor	Artigos disponibilizados	Artigos selecionados
Profissionais da educação e precarização; precarização do trabalho docente	20	06

QUADRO 1: Busca de artigos científicos na base Scielo

Após a leitura dos resumos dos vinte artigos, foram selecionados seis, com base no resumo, devido a aproximação com o objetivo deste estudo. Nos Quadros 2 e 3, a seguir, esses artigos estão relacionados pela classificação: autor (es)/artigo; revista/local e ano de publicação.

Nº.	Autor (es) / Artigo	Revista / Local	Ano Publicação
01	OLIVEIRA, Dalila Andrade. <b>La cuestión docente:</b> Brasil, las condiciones laborales de los profesores de educación básica.	Fund. Laboratório de Políticas Públicas/Buenos Aires	2008
02	VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, F. C. S.; SOUZA, J. U. P.; CARDOZO, M. J. P. B.. (Org.). Democratização e educação pública.	Sendas e veredas/ São Luís	2011
03	CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação.	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia Educar em Revista / Curitiba	2007

QUADRO 2: Artigos selecionados – Descritor “Gestão democrática na escola”.

Nº.	Autor (es) / Artigo	Revista / Local	Ano Publicação
01	ESTEVE, J. M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.	EDUSC/ Bauru, SP	1999
02	MIRANDA, Kênia. O trabalho docente na acumulação flexível. Trabalho apresentado no GT Trabalho e Educação, 2006.	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos / Brasília	2015
03	ENGUITA, M. F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização.	Teoria & Educação	1999

QUADRO 3: Artigos selecionados – Descritor “Os profissionais da educação e a precarização do trabalho docente”.

Os artigos foram lidos na íntegra para que fosse possível identificar: as ideias principais; a sistematização das ideias encontradas por meio de fichamentos e a categorização temática para proceder na análise dos dados. O conteúdo extraído e analisado a partir do material selecionado ofereceu o embasamento teórico para este trabalho, conforme se apresenta nos tópicos a seguir.

## **GESTÃO DO TRABALHO NA MODERNA SOCIEDADE CAPITALISTA E GESTÃO EDUCACIONAL**

A divisão do trabalho retrata a sociedade dividida em classes sociais: a classe dos proprietários dos meios de produção e a classe explorada (proletária).

As modificações ocorridas no processo de trabalho em decorrência da reestruturação produtiva, a partir da década de 1970, têm atingido com muita intensidade todos os trabalhadores, entre eles, os profissionais da educação e os professores. Para Karl Marx o trabalho na sociedade capitalista é movimento de criação de mercadorias, onde a força de trabalho é também mercadoria. Assim, o comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. O trabalhador, ao despender suas energias psicofísicas no trabalho, submete-se à exploração capitalista e constitui-se em valor de troca fundamental no processo de produção capitalista.

Muitos elementos propostos por Taylor estão bem presentes nas propostas atuais de gestão de mercado para o público, apesar de o discurso ser de modernização e democratização na gestão.

Muitos grupos ou correntes de pensamento contribuíram ao longo do tempo para compreensão e desenvolvimento de um modelo ou forma geral de gestão ou administração científica que atendesse às necessidades de cada época. Para Motta (1977) e Garay (2000), várias escolas e estudiosos contribuíram com pensamentos e apresentações de modelos de gestão, tais como:

- Escola de Administração Científica ou Escola Clássica tendo como idealizadores Frederick Winslow Taylor e Henry Fayol;
- Escola de Relações Humanas com seu idealizador Elton Mayo;
- Escola Estruturalista com seu idealizador Amiti Etzioni;
- Escola Neoclássica com seu idealizador Peter Drucker;

- Escola Comportamentalista com seu idealizador Herbert Alexander Simon;
- Escolas Sistêmicas com seu idealizador Ludwig Von Bertalanffy;
- Escolas Contingenciais com seu idealizador Jean Woodward;
- Escolas Modernas ou administração por processos com seu idealizador William Edwards Deming.

As formas de gestão ou administração não são estáticas, mas sim evolutivas, desta forma, vários estudiosos vão contribuindo com diferentes pensamentos para a construção de um modelo que atenda às necessidades das organizações em cada época. Para Hammer (1997), o gestor da atualidade não se resume mais em supervisionar e controlar, mas em orientar e projetar, e os colaboradores devem ter uma visão ampla dos processos da organização, sendo que os objetivos principais são voltados para o dinamismo e a flexibilidade da organização, com foco nas necessidades dos clientes internos e externos.

Várias organizações se apoiam nos estudos ou avanços relacionados a gestão para aprimorar seus processos. E assim como em todas as instituições, as escolas buscam no modelo de gestão industrial uma forma de organização do trabalho que garanta atingir seus objetivos, assim gestores da educação acabam empregando conhecimentos administrativos advindos de esforços dos estudiosos da administração. As decisões relacionadas a gestão, (planejar, organizar, dirigir e avaliar) e decisões quanto a recursos (instalações, espaço, tempo, dinheiro, informações e pessoas) como em qualquer instituição privada ou pública, também são claramente adotadas na gestão da educação (BERLLONI, 2001; MILL, 2002).

Segundo Libânio, Oliveira e Toschi (2009), gestão ou administração é uma atividade ligada a meios e procedimentos para atingir os objetivos de uma organização. A gestão canaliza ou direciona o trabalho conjunto de pessoas, integrando-as para atingir um objetivo comum. Este direcionamento requer pôr em prática tomadas de decisões quanto a planejamento, organização, direção e avaliação, estas práticas vão definir o modelo de gestão a ser praticado. Os autores destacam que a instituição escolar é uma organização, sendo que nela sobressai a interação entre pessoas, tendo a característica de um sistema, e para gerir este



sistema pode-se adotar modelos de gestão tais como o técnico-científica em que prevalece uma concepção burocrática e tecnicista ou sócio-crítica com uma visão democrático-participativa, autogestionária e interpretativa.

Segundo esses autores, na concepção técnico-ciêntífica, a gestão é centralizadora, as decisões são tomadas de cima para baixo e basta cumprir um plano previamente elaborado, sem a participação de professores, especialistas, alunos e funcionários, baseando-se na hierarquia de cargos e funções, nas regras e nos procedimentos administrativos. Já a concepção sociocrítica, está relacionada a forma democrática de tomadas de decisões, onde o processo de tomadas de decisões dá-se coletivamente, se desdobrando em diferentes formas de gestão, tais como:

- Autogestionária: com foco na responsabilidade coletiva, na participação direta e por igual de todos os membros da instituição;
- Democrático-participativo: com foco na relação entre a direção e os membros da equipe, buscando a importância dos objetivos comuns assumidos por todos os envolvidos.
- Interpretativa: com foco nas ações organizadoras, valorizando as interpretações, destacando o caráter humano, com valores e práticas compartilhadas.
- 

Nos últimos tempos, a teoria e a prática da gestão ou administração educacional tem tomado como base a administração científica, como prática administrativa. Por não possuir ainda seu corpo teórico próprio, apresenta características das diferentes escolas da administração de empresas. Assim como relata Hora (1994, p.41).

A administração escolar como disciplina e prática administrativa, por não ter ainda construído o seu corpo teórico próprio, demonstra em seu conteúdo as características das diferentes escolas da administração de empresas. Percebe-se, assim, a aplicação dessas teorias à atividade específica da educação, havendo, portanto, uma relação estreita entre a administração escolar e a administração de empresas.

As escolas e universidade procuram através de sua gestão assegurar a realização de seus objetivos, sendo estes o atendimento ao aluno com a utilização racional de recursos disponíveis. Segundo Hora (1994, p.43), podem-se citar dois os



motivos que aproximam a administração geral com a administração educacional, sendo eles:

1. As organizações, mesmo com objetivos diferentes, são semelhantes e, portanto, suas estruturas são similares e, como tais, os princípios administrativos podem ser os mesmos, desde que sejam feitas as devidas adaptações para o alcance de suas metas— “generalidade”.
2. A organização escolar e o sistema escolar como um todo precisam adotar métodos e técnicas de administração que garantam a sua eficiência e atendam aos objetivos estabelecidos pela sociedade— “racionalidade”.

A autora esclarece que o gestor educacional, precisa entender que, a natureza do processo educativo não pode ser confundida com a natureza do processo produtivo. Assim a gestão educacional, precisa ser um processo democrático e participativo em uma concepção sociocrítica, ou correrá o risco de não ser efetiva ou eficaz. A autora deixa claro que é preciso considerar a formação humana dos alunos e todos os envolvidos nesse processo, e só assim será possível atingir aos objetivos a que a educação se propõe.

Libânio; Oliveira; Toschi (2009) dizem que a escola não é uma empresa, o aluno não é cliente da escola, mas parte dela. Os autores esclarecem que a educação de qualidade é aquela que promove o domínio de conhecimentos e desenvolvimento de capacidade cognitiva, importante para o atendimento das necessidades individuais e sociais dos alunos, e a inserção no mundo e constituição da cidadania e prezando por uma formação crítica e participativa.

Para Coiçaud (2001) a escolha da forma de gestão da instituição educacional deve ser planejada de maneira crítica, para visualizar os possíveis resultados da escolha de cada decisão, sendo do ponto de vista não só da instituição e do aluno, mas também dos profissionais envolvidos e nas condições de trabalho.

Enquanto isso, Moran (2002) salienta que para haver melhorias e mudanças na educação, é preciso gestores e coordenadores mais abertos e que tenham visão holística, isto é, de todo o processo pedagógico, e que apoiem os professores capazes de inovar e que equilibrem a gestão dos recursos tecnológicos e humanos, permitindo assim a construção de um ambiente inovador, proporcionando a

comunicação integrada.

Esse autor ainda afirma que caminhamos para a adoção de modelos ou formas de gestão mais flexíveis e menos centralizadoras, com maior ênfase na participação de professores, alunos, pais e comunidade, na organização e gestão das atividades e nos rumos de cada instituição.

Fica evidente que para uma forma de gestão das instituições educacionais (escolas e universidades) que atenda aos anseios da atualidade e seus desafios, faz-se necessário a participação de todos os envolvidos, enfatizando uma gestão inovadora, flexível, democrática e participativa.

A luta pela democratização da sociedade também fez parte do processo de democratização da educação. Desta forma, a gestão democrática é um fim, e não apenas um meio, já que não é simplesmente uma mudança na concepção de gestão, que passaria da tecnocrática, vinculada aos preceitos do Fordismo e Toyotismo, para a gestão democrática. Para Cury (2007, p. 12) a concepção de gestão democrática é representada como sendo:

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37) (Brasil, 1988): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática.



## OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Assim como os demais trabalhadores que vêm sofrendo transformações nas condições de trabalho, os profissionais da educação não estão alheios a este processo de mudança. Desse modo, cabe compreender as particularidades dessa categoria em sua articulação com a totalidade social e compreender sua participação no processo de construção da gestão democrática.

Segundo Saviani (1984), a análise feita por Marx não pode ser aplicada de forma plena ao trabalho na escola em virtude da natureza do fenômeno do processo educativo. A escola, em razão da natureza do seu trabalho pedagógico, do seu "produto" subjetivo e da matéria-prima com que trabalha, apresenta muita especificidade. Não é objetivo desta discussão adentrar tal polêmica existente na analogia entre fábrica e escola, mas sim contribuir na discussão do problema que assemelha a condição de trabalho docente à precarização dos demais trabalhadores. Isso ocorre porque os trabalhadores assalariados em geral estão sujeitos à alienação, no sentido de não ter domínio sobre o processo de trabalho e seu produto, e a exploração por meio da extração de mais valia, uma vez que nem toda a jornada de trabalho despendida com o fazer pedagógico é paga, ao contrário, as atividades docentes tendem a estenderem-se para além do horário e local de trabalho.

Segundo Enguita (1991) os professores no Brasil sofrem um processo de proletarianização acelerado, apresentam algumas características que podem situá-los, mesmo levando-se em conta a situação ambivalente que vivem, mais um campo de constituição como classe trabalhadora do que como uma categoria de profissionais liberais. Destaca, ainda, que as condições de trabalho têm imposto uma situação extremamente precária que os distancia, em termos de renda e prestígio, do profissionalismo; e as conquistas, quando ocorrem, se dão através de lutas sindicais,

através de entidades que estão organizadas muito mais segundo os moldes dos sindicatos de trabalhadores do que de associações profissionais.

Desta forma, a organização do espaço e do sistema escolar nos dias atuais objetiva conformar e preparar a força de trabalho, mantendo os estudantes sempre ocupados, esta organização não foi fruto do desenvolvimento natural da sociedade. O papel que a escola cumpre atualmente na sociedade teve suas origens com o advento da Revolução Industrial. Em outras palavras, a escola estatal nasceu com o capitalismo ou sistema de produção capitalista. Assim, entende-se que a escola reflete a sociedade em que vivemos e o processo histórico no qual estamos inseridos, podendo relacionar escola pública e estatal como escola burguesa planejada pelos governos burgueses que estão no poder a partir do advento do capitalismo.

FATEB

## O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO

Enguita (1991) define proletarização como um processo desigual onde um grupo de trabalhadores perde o controle sobre seus meios de produção, o objetivo de seu trabalho e a organização de suas atividades. O autor afirma ainda que o docente perdeu ao longo do tempo seu poder de decisão para o resultado de seu trabalho, pois este já lhe chega pronto em forma de disciplinas, horários, programas, livros didáticos, normas de avaliação, etc.

O que vemos hoje são métodos replicáveis de apostilas ou venda de sistemas de ensino ou parcerias que vendem um pacote pronto. Tudo isso provoca a diminuição da autonomia do professor que recebe o material pronto para utilizar em cada dia na sala de aula e conta com um supervisor para verificar se está tudo certo. Há ainda, a lógica da premiação por desempenho, que estabelece valores, como o da competitividade entre alunos, professores e escolas. A esse respeito, Peroni (2012) questiona e contraria a ideia de que a premiação dos mais capazes e o estabelecimento de competição entre os pares induza à qualidade.

Sobre os impactos da meritocracia, recentemente, Hout & Elliott (2011, p. 426) afirmaram que:

Os programas de incentivo baseados em testes, como concebidos e implementados nos programas que foram cuidadosamente estudados, não têm aumentado o desempenho dos estudantes o suficiente para que os Estados Unidos atinjam os níveis de realização mais altos de outros países. Quando avaliados usando testes de baixo impacto pertinentes, que são menos susceptíveis de serem inflados pelos próprios incentivos dados, os efeitos globais sobre o desempenho tendem a ser pequenos e são efetivamente zero para um certo número de programas.

Outro fator é a fragmentação da categoria docente, que começa pelas diferentes formas de contratos de trabalho em exercício numa mesma escola ou rede educacional, ou de um mesmo trabalhador em locais de trabalho diferentes, haven-

do, porém, ataques direcionados ao conjunto dos trabalhadores da educação como: a previdência que vem sendo colocada nas mãos da iniciativa privada; a substituição de planos de carreira por avaliações de desempenho e produtividade que destroem a paridade entre profissionais da ativa, também o faz aos aposentados e o total sucateamento das condições objetivas de trabalho.

A não participação dos professores faz com que o mesmo transforma-se apenas em um comunicador, seu trabalho sendo considerado meramente técnico, ou seja, qualquer pessoa pode, dentro da concepção neoliberal de educação, lecionar aulas uma vez que pode seguir o currículo que já vem pronto.

Neste sentido, quanto aos aspectos econômicos e sociais, o baixo salário é um dos maiores descontentamentos da categoria docente. Além da questão econômica, os baixos salários mostram um ponto significativo na relação atual entre professor e sociedade, em que ele é visto como um profissional fracassado que não optou por uma carreira de sucesso financeiro e com maior *status*. O “professor é visto como um pobre diabo que não foi capaz de arranjar uma ocupação mais bem remunerada” (ESTEVE, 1995, p. 105).

Em uma recente pesquisa financiada pela Unesco (2009, p. 256) intitulada Professores do Brasil –impasses e desafios, uma das conclusões mostradas é que:

Salários pouco atraentes e planos de carreira estruturados de modo a não oferecer horizontes claros, promissores e recompensadores no exercício da docência interferem nas escolhas profissionais e na representação e valorização social da profissão de professor.

Nesse aspecto, deve-se considerar importante a pesquisa realizada por Alves e Pinto (2011) que comparam a remuneração dos professores com outras categorias profissionais com o mesmo nível de formação. Em um ranking elaborado por Alves e Pinto (2011) onde analisaram o perfil socioeconômico de 32 profissões que atuavam na área das ciências e das artes (médicos, dentistas, professores universitários, engenheiros, arquitetos, biólogos, advogados, psicólogos, entre outros), os professores de educação básica, no Brasil, ocuparam a 27ª posição. Os autores constataram que em uma população de 1.909.466 professores, 13,3% tem



remuneração de até um salário mínimo, 34,1% entre 1 e 2 salários mínimos, 21,6% recebem entre 2 e 3 salários mínimos, 20,3 entre 3 e 5 salários mínimos e 10,4 % superam 5 salários mínimos. A média salarial do professor gira em torno de 2,8 salários mínimos, o que significa um montante de aproximadamente R\$ 1.741,00.

A ideologia disseminada pelos governos neoliberais tende a reproduzir a concepção de que os professores reclamam da questão salarial sem razão, pois o salário desses atores são maiores do que aqueles que a maioria da classe trabalhadora recebe. O que pretendemos enfatizar nesse item é que:

O nível de remuneração é um aspecto fundamental para qualquer profissão, principalmente numa sociedade sob a lógica capitalista, e não é diferente quando se trata da docência no contexto do sistema educacional brasileiro atual. Nesse sentido, há que ressaltar que por trás da discussão da remuneração estão fatores relevantes para a garantia de uma escola pública de qualidade. (ALVES; PINTO, 2011, p. 610)

A pesquisa desses autores apontam que os professores de educação básica têm o menor salário dentre os profissionais com formação superior, e para os salários dos professores aproximarem-se aos de outros profissionais com nível de formação equivalente seria necessário dobrar o salário médio dos docentes da rede pública.

Pode se destacar também, que a precarização se manifesta nas relações de emprego, ou seja, a desvalorização do trabalho docente pode ser verificada pelo:

[...] aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1140)

Segundo Frigotto (2003, p. 97), “Do ponto de vista da educação, ocorre uma disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais as demandas da nova ordem do capital e as demandas por uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento em todos os seus níveis”.



Nesta nova configuração do trabalho docente no processo de implementação da educação nos dias de hoje se materializa em relações fragmentadas e sustentadas por políticas educacionais centralizadoras. Na perda da dimensão política de trabalho no contexto do capitalismo, não escapa a essa lógica de subordinação por meio da racionalização do trabalho, o que leva a uma perda da capacidade docente em exercer um trabalho crítico e reflexivo, baseado na dinâmica da ação-reflexão-ação (GIDDENS, 1991; TAKEUCHI; NONAKA, 2008).

Para Delors (1998), o professor é um agente de mudança, em função do seu papel decisivo na formação do caráter das novas gerações. Assim faz-se necessário mudanças significativas no trabalho docente tais como:

Para melhorar a qualidade da educação é preciso, antes de mais nada, melhorar o recrutamento, a formação, o estatuto social e as condições de trabalho dos professores, pois estes só poderão responder ao que deles se espera se possuírem os conhecimentos e as competências, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e motivações requeridas (DELORS, 1998, p. 153)



## ANÁLISE E DISCUSSÃO

Entre as principais implicações para a precarização do trabalho docente está a diminuição da autonomia do professor, que não participa do projeto de gestão e tomada de decisão na escola e recebe material pronto para utilizar na sala de aula. Além disso, os instrumentos de controle são instaurados para averiguar o cumprimento do trabalho, como por exemplo, a existência de profissionais da educação que assumem a função de supervisionar o trabalho e a visão gerencial estratégica centrada nos gastos e na eficiência operacional. Com isso, a valorização da estrutura hierárquica dentro das instituições educacionais, o que reduz os docentes a mero executores do trabalho pedagógico, bem como sujeitam-se à intensificação da exploração.

A UNESCO, sendo um organismo internacional que dissemina diretrizes educacionais para países periféricos, reconhece os problemas relacionados à precarização do trabalho docente. A contradição que percebe-se é que exatamente as diretrizes anunciadas pelas Agências acabam promovendo essa mesma precarização do trabalho.

Continuando o perfil dos professores brasileiros, a UNESCO mostra que mesmo que a maioria dos professores esteja satisfeita com a profissão, há um número significativo desse quadro que não se encontra feliz com a sua profissão.

No que tange à satisfação dos professores em relação à sua profissão, tendo como termo de comparação o início de sua carreira, observa-se que quase metade aponta a opção *mais satisfeito(a)* agora do que no início da sua carreira (48,1%) e que 15,3% apontam *igualmente satisfeito(a)*. Os professores que assinalam a opção *menos satisfeito (a)* representam 24,3% e os que assinalam a opção *insatisfeito (a)* 12,3%, contingente representativo, visto que significa, em números absolutos, 208.904 pessoas. Entretanto, o que chama a atenção é o fato de, mesmo em condições de trabalho freqüentemente difíceis, a proporção dos que se mostram satisfeitos é de 63,4% (UNESCO, 2004, p. 137-138, grifos do autor).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontaram que o trabalho docente vem passando por mudanças estruturais que se impuseram sobre os profissionais da educação. As condições impostas têm ocasionado mudanças pretensiosamente negativas na categoria, impondo a estes profissionais, novas formas de lidar com o cotidiano escolar, com o seu trabalho e também com a resistência.

Nesse sentido, tais condições de trabalho, tem efeito negativo sobre a construção de uma gestão democrática para a melhoria do trabalho docente, pois a mesma pressupõe a participação de todos no projeto político-pedagógico, em conselhos, eleição para diretores e a autonomia financeira. São processos pedagógicos de aprendizagem da democracia para a comunidade escolar que pressupõe processos de trabalho em que docentes situem-se como sujeitos na construção do processo de trabalho, bem como ofereçam as condições materiais de trabalho necessárias para o exercício da participação e gestão democrática na escola.

## REFERÊNCIAS

ALVES, T.; PINTO, J. M. R. **Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 606-639, maio/ago. 2011.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742011000200014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742011000200014&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 out. 2016.

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**, 2ª ed., Campinas: Autores Associados, 2001.

COIÇAUD, S. **A colaboração Institucional na Educação a Distância.** In: LITWIN, E. *Educação a distância*. Porto Seguro: Artmed, 2001.

CURY, C. R. J. **A gestão democrática na escola e o direito à educação.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v.23, n.3, p. 483-495, set./dez.2007.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

ENQUITA, M. F. **A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização.** *Teoria & Educação*, n. 4, 1991.

ESTEVE, J. M. **Mudanças sociais e função docente.** In: NÓVOA, A. (Org.). *Profissão Professor*. Porto: Porto, 1995. p. 95-124.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **“Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional”.** In: GENTILI, Pablo (org.) *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GARAY, A. **Gestão.** In: CATTANI, A.D. (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico.** Petrópolis: Vozes, 3ª.ed., 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

HAMMER, Michael. **Além da reengenharia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HORA, D.L. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios de participação coletiva.** Campinas: Papyrus, 1994.

HOUT, m.; ELLIOTT, S. V. **Incentives and test-based accountability in education.**

Washington,DC: National Academy of Sciences, 2011.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: estrutura e organização. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MILL, Daniel. **Estudos sobre processos de trabalho mediada por tecnologias da informação e comunicação**. Belo Horizonte: FAE/UFMG. 2002. 193p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

MORAN, J. M. **O que é Educação**. Universidade de São Paulo 2002. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>  
Acesso em: 14 de outubro de 2016.

MOTTA, F.C.P. **Teoria Geral da Administração**: uma introdução. São Paulo: Pioneira, 6<sup>a</sup>.ed., 1977.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente**: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **La cuestión docente**: Brasil, las condiciones laborales de los profesores de educación básica. 1<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Fund. Laboratório de Políticas Públicas, 2008.

PERONI, V. M. V. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

TAKEUCHI, Irotaka e NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros**: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004. Disponível em:  
<[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=14587](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14587)>. Acesso em: 23 outubro. 2016.

UNESCO. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009.